

Fundação substitui o "fracassado" Mobral

Moreira Mariz

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney, 55, assinou decreto ontem redefinindo os objetivos do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) que passa a denominar-se Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Educar). A mudança, segundo o ministro da Educação, Marco Maciel, 45, decorre do reconhecimento, pelo governo, de que "o Mobral fracassou". O novo órgão pretende atuar junto à comunidade. A Igreja, sindicatos, empresariado e a UNE (União Nacional dos Estudantes) serão alguns dos executores do programa, segundo o governo. Nos próximos dias, Sarney enviará projeto ao Congresso permitindo dedução no Imposto de Renda para pessoas jurídicas que colaborarem com o programa.

Maciel, logo depois da cerimônia de assinatura do decreto, declarou: "Vamos corrigir os erros que o Mobral cometeu. Vamos evitar uma ação voltada apenas para a alfabetização. Esse erro levou o Mobral a não ter conseguido alfabetizar, daí existem hoje no País —quinze anos após a criação do Mobral— cerca de vinte milhões de analfabetos" *(há um mês atrás, o ministro afirmou que eram 35 milhões)*.

Diferenças e recursos

O ministro informou que a Fundação Educar, ao contrário do Mobral, procurará se centralizar apenas em projetos educativos e não em ações comunitárias. Ele diz que esta ação será em acordo com os Estados e municípios, através de lideranças da sociedade civil, e as ações serão adequadas às necessidades regionais.

Maciel afirma que no prazo de um mês serão elaborados os estatutos que reformularão e descentralizarão a estrutura do antigo Mobral. Ele garantiu que ninguém será demitido,



O presidente Sarney, cercado por ministros e funcionários, assina o decreto de criação da Fundação Educar

mas haverá uma reciclagem nos alfabetizadores adequando-os ao nível desejado.

Quanto aos recursos do Educar, o ministro informou que virão através do programa Educação para Todos e de deduções do Imposto de Renda. "O presidente Sarney vai encaminhar ao Congresso projeto de lei permitindo deduções do Imposto de Renda para as pessoas jurídicas que colaborarem com o programa".

Maciel disse, ainda, que além desse número de analfabetos existem, também, "milhões de outros brasilei-

ros que, dominando precariamente as técnicas de ler e escrever, estão expostos à regressão, ao analfabetismo". Para Maciel, "esse quadro dramático é a expressão mais clara do malogro de uma política educacional que, por fatores de natureza vária, não exibiu a realização de esforços suficientes para um desenvolvimento pleno de nosso sistema básico de ensino".

Sarney

O presidente José Sarney, em sua fala, disse que "o programa hoje

lançado demonstra que o governo não deseja ver o problema do analfabetismo isoladamente, mas sim, em maior profundidade". Mas adiante, o Presidente afirmou que a ação governamental será aprofundada "de uma maneira decisiva no sentido de colocarmos as normas técnicas a serviço da educação no Brasil, de modo a que se possa vencer esse distanciamento e sobretudo essa impossibilidade que temos tido de, ao lançar programas educacionais, perdermos em relação ao tempo aqueles objetivos que se propunham".

Modificações são necessárias, afirmam funcionários

Das Sucursais e correspondentes

Reclamações de falta de recursos e críticas à estrutura do Mobral são uma constante em diversas regiões do País. As diretrizes de ensino locais refletem esta realidade. Em vários lugares foram criados sistemas que fogem da cartilha tradicional do órgão, como consequência da atividade prática dos educadores da região. Em Porto Alegre (RS), o coordenador da Comissão Municipal do Mobral, Luiz Monticelli, 55, apoiou as mudanças propostas para o órgão que, segundo ele, "falhou ao diversificar sua atuação para áreas onde não tinha competência". O coordenador criticou os critérios adotados há alguns anos, de remunerar o alfabetizador por aluno alfabetizado: "Isso levou à indústria da alfabetização, que largava o aluno sabendo apenas assinar o nome".

Monticelli diz que em Porto Alegre "somente consideramos alfabetizado o aluno que saiba ler e interpretar um texto, escrever um bilhete e fazer

as quatro operações". Ele se orgulha de ter criado "uma metodologia própria" para as classes da capital gaúcha, que tem como professores apenas universitários.

O índice de analfabetismo no Rio Grande do Sul é de 13,1 por cento, "um dos menores do País". Dos 244 municípios gaúchos, 239 têm classes do Mobral.

A supervisora de ensino Eronilse Tesseroli da Costa, 36, diretora da Divisão de Ensino Supletivo Municipal, da Prefeitura de Curitiba, espera que a Fundação Educar, criada para substituir o Mobral, venha dar novo alento à alfabetização de adultos no País. Segundo Eronilse, a Prefeitura já vem desenvolvendo há quinze meses, em termos experimentais, um novo programa de alfabetização. Ao contrário do sistema do Mobral, o projeto prevê a alfabetização em trinta meses, em três módulos iguais (o período do Mobral é de quinze meses); o primeiro grau de alfabetização, reforço de alfabetização e complementação do ensino de 1ª a 4ª

série do 1º grau. O programa será encaminhado para análise do Ministério da Educação. "Acreditamos, conforme os resultados obtidos, que nossas propostas serão aprovadas", acrescentou.

Interior de São Paulo

O presidente da Comissão Municipal do Mobral em Rio Preto, Tadeu Minguinho, afirmou ontem que funcionam na cidade, trinta núcleos do órgão. Com a reestruturação a ser promovida pelo Ministério da Educação, Minguinho acredita que haverá melhora na qualidade do ensino e diz que este "realmente estava muito fraco". Ele defende também o pagamento de melhores salários para os monitores —que atualmente recebem, lá, em torno de Cr\$ 180 mil— e declara que o Mobral em Rio Preto funciona sem apoio do governo federal. "Estivemos marginalizados, dependendo do auxílio da prefeitura municipal na complementação das verbas para o pagamento dos monitores", disse Minguinho.

A supervisora do Mobral em Ara-

catuba, a 544 km de São Paulo, Fátima Cibebe Galvão, 27, considerou "bom" o trabalho desenvolvido pelo órgão na região e disse não temer demissões em massa em razão das mudanças anunciadas pelo Ministério da Educação. De acordo com a supervisora, 20% dos habitantes da região são analfabetos e estão sendo atendidos pelas quinze classes do Programa de Alfabetização Funcional do Mobral.

Para o supervisor estadual do Mobral para a região de Ribeirão Preto, a 319 km de São Paulo, Ari Poletto, a mudança no Mobral não chegou a ser uma surpresa. Ele declarou que o núcleo de Ribeirão Preto funcionava com poucos recursos, atendendo a 9,8% dos cerca de vinte mil analfabetos existentes na cidade, segundo dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística— IBGE. Dos 284 alunos inscritos no curso de alfabetização, 202 compareceram com frequência às aulas, mas apenas 74 receberam o certificado de conclusão.